

3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 1.773.774,82 (hum milhão, setecentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) com sentenças judiciais de Inativos e Pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 295, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Approva o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de Setembro/2007 a Agosto/2008.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 574/STN, de 30.08.2007 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten. Brig. Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2007 a AGOSTO/2008

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)			Total
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	245.565	92	245.657	
Pessoal Ativo	124.709	55	124.764	
Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão	0	0	0	
Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades	0	0	0	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	124.709	55	124.764	
Pessoal Inativo e Pensionistas	120.856	37	120.893	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º Da LRF)	0	0	0	
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	88.591	0	88.591	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	52	0	52	
Despesas de Exercícios Anteriores	10.634	0	10.634	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	77.905	0	77.905	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	156.974	92	157.066	
(III) = (I - II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,035267%	0,000021%	0,035287 %	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			359.315	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,076689%			341.349	

Observações:

1-Fonte dos dados: SIAFI 2007 e SIAFI 2008.

2-RCL publicada , no DOU de 22/09/2008, pela Portaria n.º 529/ STN, de 19.09.2008.

3-Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução n.º 26/CNJ, de 05/12/2006).

4-Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

5-Do valor de R\$ 16.980.570,26 relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 6.346.310,92, se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6-Do valor de R\$ 143.036,61 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$ 91.200,88, se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

2.- LRF, art. 55, inciso II.:

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos

3.- LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) :

Ten. Brig. Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE
Ministro
Presidente do Tribunal

MOISES FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 9.929, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art.54, e §2º, do art.55, da Lei Complementar nº101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º Quadrimestre de 2008, na forma do seu Anexo I.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Setembro/2007 a Agosto/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	79.097	720
Pessoal Ativo	64.038	720
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.059	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	18.801	15
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.760	15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.041	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	60.296	705
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		61.001

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)1	445.106.323
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	0,013705
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art.20 da LRF) - 0,026841% 2	119.471
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 0,025499% 2	113.498

Fonte: SIAFI2007 e SIAFI2008 (Balancete), COFIC/SOF/TSE.

1 Valor divulgado pela Portaria STN nº529, de 19 de setembro de 2008 (publicada no DOU de 22 de setembro de 2008), expresso em R\$ Milhares;

2 Percentuais definidos na Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005 (publicada no DOU de 27 de setembro de 2005).

Nota: I - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

FRANCISCO VALENTIM MAIA
Secretário de Orçamento e Finanças

MARCOS ANTÔNIO BARREIROS LEÃO
Coordenador de Controle Interno

PAULO SÉRGIO DE MONTEIRO REIS
Diretor-Geral

RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 15.122, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

O DESEMBARGADOR MARCO CÉSAR MÜLLER VALENTE, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, §2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2008, na forma do Anexo.

Des. MARCO CÉSAR MÜLLER VALENTE